



Número: **0801338-61.2020.8.15.0331**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Santa Rita**

Última distribuição : **20/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCOS ANDRE DE MENEZES (AUTOR)		MATHEUS VITOR DE LIMA PAIVA (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30807807	20/05/2020 11:33	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
30807813	20/05/2020 11:33	<a href="#">Inicial</a>	Outros Documentos
30807815	20/05/2020 11:33	<a href="#">Procuração + Declaração</a>	Documento de Comprovação
30807822	20/05/2020 11:33	<a href="#">Doc. de Identificação</a>	Documento de Identificação
30807826	20/05/2020 11:33	<a href="#">Comp. de Residencia</a>	Documento de Comprovação
30807828	20/05/2020 11:33	<a href="#">Boletim de Ocorrência</a>	Outros Documentos
30807831	20/05/2020 11:33	<a href="#">Samu</a>	Documento de Comprovação
30807835	20/05/2020 11:33	<a href="#">Documento moto</a>	Documento de Comprovação
30807837	20/05/2020 11:33	<a href="#">Laudo - Parte 01</a>	Documento de Comprovação
30807840	20/05/2020 11:33	<a href="#">Laudo - Parte 02</a>	Documento de Comprovação
30807844	20/05/2020 11:33	<a href="#">Pagamento Administrativo</a>	Documento de Comprovação
30807846	20/05/2020 11:33	<a href="#">Guia Recolhimento</a>	Outros Documentos
30811864	20/05/2020 12:49	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
31023866	27/05/2020 08:26	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

EM ANEXO;





Advogados Associados

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_ VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE SANTA RITA – ESTADO DA PARAÍBA.**

**MARCOS ANDRE DE MENEZES**, brasileiro, casado, carpinteiro, inscrito no CPF nº 090.988.004-24 e RG nº 3201855 – SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Monaco, S/N, apt 103, Mumbaba, Santa Rita/PB, CEP: 58.037-428, através do advogado que ao final assina, vem perante a honrada presença de Vossa Excelência ajuizar

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT  
(INVALIDEZ PERMANENTE)**

...em desfavor da **BRADESCO SEGUROS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.33.055.146/0001-93, situada no PARQUE SOLON DE LUCENA, Nº 461, CENTRO, JOÃO PESSOA/PB, CEP: 58013-131, o faz pelos motivos fáticos e jurídicos expostos a seguir:

**1. DOS REQUERIMENTOS INICIAIS**

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

Inicialmente, declara o promovente, para os devidos fins de direito, ser pobre no sentido jurídico do termo, requerendo que lhe seja concedido o **BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA**, nos termos da Lei n. 1.060/50 e do artigo 98 do NCPC, visto que o pagamento das custas e demais despesas processuais causará prejuízos ao seu sustento.

**DA DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

A parte Promovente **OPTA PELA NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA** (CPC, art. 319, inc. VII), em virtude da necessidade de realização de perícia médica.

**2. DAS RAZÕES DE FATO E FUNDAMENTOS DE DIREITO**

**DOS FATOS – ACIDENTE DE TRANSITO COM FRATURAS**

No dia 10/04/2019, por volta das 18:00h, foi vítima de acidente de trânsito, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/FAN 125, de cor preta, placa NPX-9078/PB, CHASSI 9C2JC4110AR683418, fato ocorrido na PB 008, próximo à entrada do SENAI, bairro distrito industrial, nesta cidade, após colidir moto com moto, caiu ao solo, que em decorrência do acidente a vítima foi socorrido pelo SAMU para o Hospital Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena na Capital-PB, sofrendo fratura de rotula esquerda, conforme boletim de acidente de trânsito, e Laudo Traumatológico do DML e documentação de identificação civil, tudo conforme documentos anexos.

Rua das trincheiras, 183, sala A. Centro - João Pessoa  
(83) 9 9816-8965 / (83) 3021-7732





Advogados Associados

Pois bem Excelência, em decorrência das lesões sofridas e dos fatores acima expostos, **restou ao requerente com acentuada limitação física, além de sentir dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos e na força do membro afetado**, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar, estica-lo no seu dia-a-dia, praticar algum exercício físico, trabalhar, tornaram-se verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas.

A parte autora sofreu grave fratura de rotula esquerda, passou por delicado procedimento cirúrgico, recomendando-se posteriormente a realização de fisioterapia e afastamento das atividades habituais por prazo considerável.

**Após buscar a reparação do dano ocasionado pelo sinistro, restou ao demandante com considerável limitação física, que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada a retomar as suas atividades normais, encontra-se debilitado, sente dores, não movimenta o braço com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento com o membro afetado.**

Desta forma, ocorrido o acidente de trânsito, sofrendo a parte autora lesões, no caso em tela, **comprovadamente com caráter de invalidez permanente**, faz jus a mesma ao recebimento de indenização do seguro DPVAT/INVALIDEZ.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, conforme já mencionado, o autor encaminhou seu pedido à **SEGURADORA LÍDER**, juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), o requerente teve seu pedido autuado com o número **3190650991**.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da seguradora. **Tamanha fora a surpresa deste, quando informado do pagamento da indenização, NÃO POR SUA CONFIRMAÇÃO, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada.**

De acordo com documento anexado, a seguradora efetuou o pagamento de valor irrisório, **não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo autor e com a invalidez permanente que este adquiriu**. Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, o requerente recebeu o valor de **R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**. **VALE DESTACAR QUE NÃO HOUE SE QUER PERÍCIA MÉDICA EFETIVADA PELA SEGURADORA.**

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, **não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida pela parte autora**. O demandante permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico, e mesmo assim, **restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.**

---

Rua das trincheiras, 183, sala A. Centro - João Pessoa  
(83) 9 9816-8965 / (83) 3021-7732





### Advogados Associados

Conforme se demonstra Excelência, a segurada, por ora autor, juntou ao seu pedido administrativo para recebimento da indenização do seguro DPVAT, certidão de ocorrência policial relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões, e mesmo assim, teve como resposta da seguradora, um pagamento ínfimo, não compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo, solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, pois injustificadamente, a demandada efetuou o pagamento de um valor muito aquém do que deveria, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

### DO DIREITO – SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta, a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torna-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

*O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS). A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT. O diretor presidente da Seguradora Líder-DPVAT, Ricardo Xavier, explica que o procedimento para o recebimento do seguro pelas vítimas de trânsito é simples e alerta para o fato de que não é necessário intermediário para dar entrada no pedido de indenização. “Ninguém melhor que o próprio cidadão para preservar seus direitos. Há seguradoras em todo o Brasil para receber as vítimas de trânsito. Basta apresentar os documentos na seguradora escolhida no prazo de três anos a contar da data da ocorrência do acidente,” afirma. O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da*

Rua das trincheiras, 183, sala A. Centro - João Pessoa  
(83) 9 9816-8965 / (83) 3021-7732





Advogados Associados

*indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte ou Reembolso de Despesas Médicas e Hospitalares é de 3 anos a contar da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.*

*Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.*

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto **pelo seguro DPVAT**, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando a demandante com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito da mesma ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

***“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”***

Rua das trincheiras, 183, sala A. Centro - João Pessoa  
(83) 9 9816-8965 / (83) 3021-7732







Advogados Associados

Para tanto, conforme tabela abaixo, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda (%)	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	Percentual da Perda (%)	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés						
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar						
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão						
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé						
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais						
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						
Perda integral (retirada cirúrgica) do braço						

através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, **montante este a ser quantificado através de perícia médica e posterior enquadramento da invalidez na tabela de danos segmentares**, ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

#### DAS PROVAS – NECESSIDADE DE PERÍCIA MÉDICA

Seque relação de quesitos a serem respondidos por ocasião da perícia médica, que é meio de prova necessário no presente caso, motivo pelo qual fica desde logo requerida.

Houve Ferimento ou Ofensa física?

Qual Meio Ocasionou?

Resultou Debilidade Permanente de membro, Sentido ou Função?

Rua das trincheiras, 183, sala A. Centro - João Pessoa

(83) 9 9816-8965 / (83) 3021-7732





Advogados Associados

Resultou do acidente perda ou inutilização de membro, sentido ou função?  
Qual a debilidade ou deformidade apresentada pela parte promovente, originada pelo acidente?  
Se o Senhor Perito tivesse que graduar em grau de invalidez a lesão apresentada pela parte promovente, em que qual destes graus o enquadraria: 25%, 50%. 75% ou 100%?

### 3. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer:

**3.1 – OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA, POR SER POBRE NA FORMA DA LEI.**

**3.2 – A DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA (CPC, ART. 319, INC. VII).**

**3.3 – REQUER A CITAÇÃO DO PROMOVIDO PARA RESPONDER NO PRAZO LEGAL, SOB PENA DE REVELIA E CONFISSÃO.**

**3.4 – SE DIGNE VOSSA EXCELÊNCIA EM NOMEAR PERITO, CONFORME ART. 465 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, A FIM DE QUE SEJA RATIFICADA A CONSTATAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE REMANESCENTE NA PARTE DEMANDANTE E POSTERIORMENTE QUANTIFICANDO O REAL VALOR DEVIDO A ESTA;**

**3.5 – QUE SEJA TOTALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO PELA PARTE PROMOVENTE, PARA CONDENAR A PARTE PROMOVIDA A PAGAR A COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE AO SEGURO DPVAT – DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, COM ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DESDE O EVENTO DANOSO A QUAL DEVERÁ SER CORRIGIDA ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO E ACRESCIDA DE JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO.**

**3.6 – REQUER A CONDENAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA.**

**3.7 – REQUER A PRODUÇÃO DE TODOS OS TIPOS DE PROVA, ESPECIALMENTE A PERÍCIA MÉDICA.**

**3.8 - Requer ainda que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome de DR. MATHEUS**

Rua das trincheiras, 183, sala A. Centro - João Pessoa  
(83) 9 9816-8965 / (83) 3021-7732







Advogados Associados

**VITOR DE LIMA PAIVA, OAB/PB 24.352, sob pena de nulidade,  
conforme preceitua o art. 272, § 5º do NCPC.**

Dá-se à causa o valor pretendido a título de indenização, qual seja: R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Nestes termos, pede e espera o deferimento,

João Pessoa/PB, 20 de abril de 2020.

**MATHEUS VITOR DE LIMA PAIVA  
ADVOGADO**

**OAB/PB nº 24.352**

---

Rua das trincheiras, 183, sala A. Centro - João Pessoa  
(83) 9 9816-8965 / (83) 3021-7732



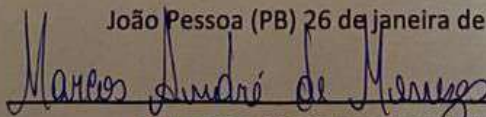
### PROCURAÇÃO

**MARCOS ANDRE DE MENEZES**, casado, brasileiro, carpinteiro, inscrito no CPF: 090.988.004-24 e no RG 3201855 SSPB, com endereço na Rua: Monaco, S/N, APT 103, Mumbaba, Santa Rita, Paraíba, Vem Pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia(m) e constitui(m) seu(s) bastante(s) procurador (es) o(s) advogado(s) Beis, **EDVÂNIA FLÁVIA DANTAS DA SILVA, OAB - PB 24154, MATHEUS VITOR DE LIMA PAIVA OAB/PB 24.352**, brasileiros, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba, com Escritório Advocatício situado na Av. Bahia, n.º 836, Bairro dos Estados, CEP: 58030-130, João Pessoa – PB, respectivamente, a quem confere(m) amplos poderes para foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, podendo propor contra quem de direito as ações competentes em qualquer JUÍZO, INSTÂNCIA ou TRIBUNAL, e defendê-la(s) nas contrárias, seguindo umas e outras, até a final decisão, interpor quaisquer recursos e acompanhando-os, fazer pedidos, assinar petições, intimações conferindo-lhe(s), ainda, poderes específicos para: peticionar em qualquer órgão da Administração Pública, direta e/ou indireta, ao nível Federal, Estadual e Municipal, inclusive perante Delegacias de Polícias Estaduais e Federais, Autarquias, Empresa Públicas e Sociedade de Economia Mista, receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, tudo em conformidade com a norma do art. 105 do CPC, receber alvarás, oferecer bens à penhora, renunciar e/ou negociar direito que se funde em ação já contratada, levantar precatório, alvará de crédito referente ao valor devido pelo INSS, depósitos em poupança ou conta corrente, na Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S/A, ou qualquer outra Instituição Financeira ou Bancária, levantar quantia prevista neste contrato, referente a honorários advocatícios previsto Art. 85 do CPC, ficando ressalvados que os mesmos são devidos, em caso de desistência, acordo ou substabelecimento do instrumento procuratório para outrem, por parte do Outorgante, sem a expressa anuência dos Outorgados, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo pôr bom, firme e valioso, para praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato com prazo indeterminado.

### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

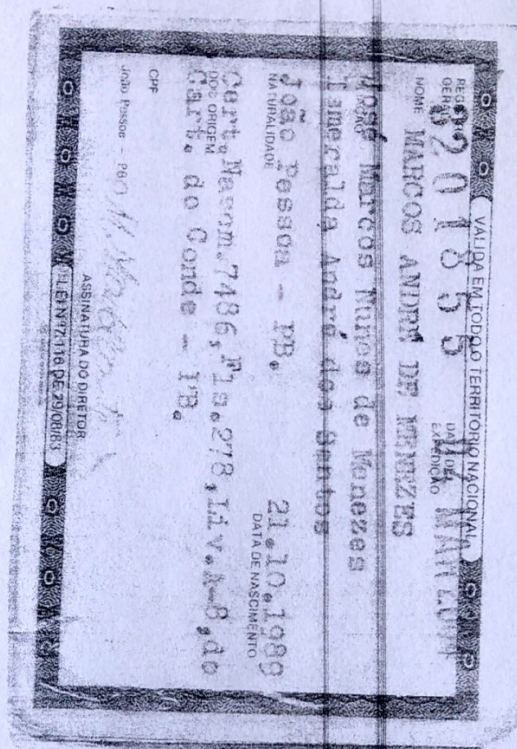
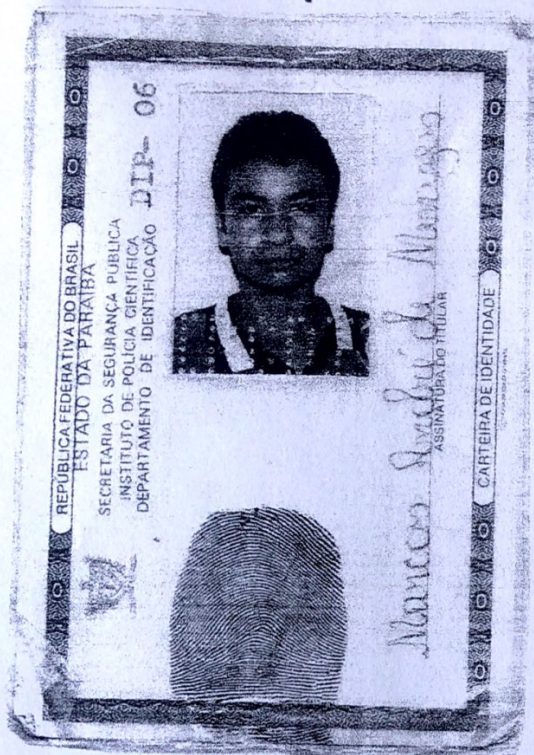
A parte outorgante declara, nos termos da Lei nº. 1.060/50 (lei de assistência judiciária gratuita), que é pobre na forma da legislação de regência e que, por isso, não tem condições de arcar com os custos processuais sem comprometer o sustento próprio e de sua família.

João Pessoa (PB) 26 de janeiro de 2020

  
\_\_\_\_\_  
**MARCOS ANDRE DE MENEZES**









MARCOS ANDRÉ DE MENEZES  
RUA: DONATO, S/N - AP 10C - MUMBABA  
SANTA RITA / PB CEP: 59300000 (AG: 1)

Ligação: MONOFÁSICO  
Classe: RES MTC 31 / RESIDENCIAL - BAIXA RENDA  
Roteiro: 3-8-624-146C Referência: Out / 2019  
Medidor: D50-2332-13 Emissão: 08/10/2019

**energisa**

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-690  
CNPJ 08 096 183 / 0001-40 Insc. Est.: 6.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 032.216.987  
Cód. para Débito Automático: 00017800327

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF / CNPJ / RANI
Out / 2019	08/10/2019	06/11/2019	090.988.004-24 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): **5/1780032-7**

#### Canal de contato

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.  
Conheça o Energisa On? O nosso aplicativo para smartphones e tablet oferece mais comodidade e facilidade para você. Baixe o aplicativo e informe falta de luz, confira se haverá desligamento programado e sua região, solicite serviços ou esclareça dúvidas. Tudo à palma da mão, sem filas e sem burocracia.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
03/13/19	241	03/10/19	393	1	152	22

Demonstrativo									
CC	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Atividade (R\$)	Base Calc. Pá (R\$)	Coef. (R\$)	Coef. (R\$)	Coef. (R\$)
Tributos Totais (R\$) ICMS (R\$) ICMS									
Pá/Coef. (R\$) 0,8331(%) 0,9605(%)									
08C1	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,268030	7,96	7,96	2,15	7,96	0,07	0,30
08C1	Consumo - 31 a 130kWh-BR	70,000	0,456050	31,92	31,92	8,93	31,92	0,27	1,23
08C1	Consumo - 101 a 220kWh-BR	52,000	0,694110	35,57	35,57	9,63	35,57	0,30	1,37
08C1	Adic. B. Vermelho			4,34	4,34	1,17	4,34	0,03	0,17
08C1	Adic. B. Amarelo			0,51	0,51	0,14	0,51	0,00	0,02
0810	Subsídio			42,72	42,72	11,53	42,72	0,36	1,65
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
08C7	CONTRIB. SERV. LUM. PÚBLICA			10,50	0,00	0	0,00	0,00	0,00
08C4	JUROS DEMORA 08/2019			0,97	0,00	0	0,00	0,00	0,00
08C5	MULTA 08/2019			3,41	0,00	0	0,00	0,00	0,00
08C6	PARCELAMENTO DE DÉBITO 03/18			87,26	0,00	0	0,00	0,00	0,00
08C1	REST. BANC. AMAR. RESIDENCIAL 08/2019			-3,18	0,00	0	0,00	0,00	0,00
08C8	Devolução Subsídio			-22,18	0,00	0	0,00	0,00	0,00
TOTAL				196,56	122,04	33,22	129,04	1,03	4,74

CC: Código de Classificação do Item TOTAL 196,56 122,04 33,22 129,04 1,03 4,74  
Tarifa Tributos: Até 30kWh 0,187110 Até 100kWh 0,311500 Até 220kWh 0,467230

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
159	15/10/2019	R\$ 196,56

Histórico de Consumo (kWh)											
152	179	184	190	183	174	172	179	194	0	111	130
Out/18	Nov/18	Diz/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Maio/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Sep/19

RESERVADO AO FISCO  
3773.ee39.6a8e.abd4.24d7.326a.a641.756d.

Indicadores de Qualidade				Composição de Consumo		
8/2019 - Dobro				Discriminação	Valor (R\$)	%
Limites da ANEEL						
Apurado						
Limite de Tensão (V)						
CONEXÃO	5,16	0,00	NOMINAL	Serviços de Dist. de Energia/PB	20,87	10,65
CONTRATADA	0,30			Compra de Energia	27,82	14,14
CANAL	20,77			Serviços de Transmissão	3,12	1,59
CONEXÃO	3,36	0,00	CONTRATADA	Encargos Setoriais	3,18	1,61
CONTRATADA	8,72		LIMITE INFERIOR	Impostos Diretos e Encargos	53,87	27,39
CANAL	3,45		LIMITE SUPERIOR	Outros Serviços	87,95	44,72
CONEXÃO	2,94	0,00		Total	196,69	100,00
CONTRATADA	2,22					

Valor de EUSD (R\$ 8/2019) R\$ 17,53

ATENÇÃO		Faturas em atraso
Faturas Anteriores Parceladas, conforme contrato firmado.		
Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 22,18.		

Digitalizada com CamScanner







**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 13309.01.2019.1.00.401**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 13309.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 16:22 horas do dia 19 de novembro de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por Rochelle Bezerra Rocha, Agente de Investigação, matrícula 1820354, ao final assinado, compareceu **Marcos Andre de Menezes**, CPF nº 090.988.004-24, nacionalidade brasileira, filho(a) de Ismeralda Andre dos Santos e Jose Marcos de Menezes, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 21/10/1989 (30 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Monaco, complemento AP. 103, RITA SARAIVA, MUMBABA, bairro Centro, tendo como ponto de referência Depósito Bom Jesus, na cidade de Santa Rita/PB, telefone(s) para contato (83) 99162-6443.

**Dados do(s) Fatos:**

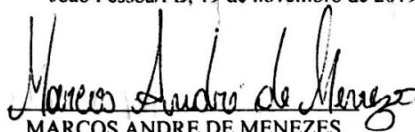
Local: Senai, João Pessoa/PB, bairro Distrito Industrial; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 10/04/19 18:10h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

QUE FOI VÍTIMA DE UM ACIDENTE DE TRÂNSITO (COLISÃO MOTO X MOTO) QUANDO CONDUZIA A MOTOCICLETA HONDA FAN 125, COR PRETA, ANO 2010 E MODELO 2010, DE PLACA NPX-9078/PB, CHASSI 9C2JC4110AR683418, DE PROPRIEDADE DO SENHOR CASSIO ALISSON DO N. SOUZA; QUE O NOTICIANTE/VÍTIMA SOFREU LESÕES, SENDO SOCORRIDO E ENCAMINHADO, PELO SAMU (PROTOCOLO 2410869), AO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA; QUE ESTE HOSPITAL EMITIU LAUDO MÉDICO, ASSINADO PELO DR. ELIVALDO SALES DE TOLEDO, CRM 1873/PB; QUE CONSTA NO LAUDO MÉDICO O CID 10 S82.0; QUE VEIO A ESTA DELEGACIA A FIM DE QUE O FATO FIQUE REGISTRADO, FICANDO DESDE JÁ CIENTE E ORIENTADO DE QUE DEVE COMPARECER A DELEGACIA DA ÁREA PARA QUE O PROCEDIMENTO CABÍVEL SEJA INSTAURADO.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 19 de novembro de 2019.

  
MARCOS ANDRE DE MENEZES  
Noticiante



Procedimento Policial: 13309.01.2019.1.00.401

1/1

Digitalizada com CamScanner







PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA  
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



CNPJ 08.806.754/0015-40  
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA  
Av. Diógenes Chianca, 1777  
Água Fria - CEP 58053-900  
João Pessoa - PB

## DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 905/021, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 2410869, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **MARCOS ANDRE DE MENEZES** idade 29 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Colisão moto x moto)** no dia 10/04/2019, nas proximidades da entrada do SENAI, Bairro: Distrito Industrial - João Pessoa - aproximadamente às 18:07 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 14 de Maio de 2019.

Jefferson da Rocha Augusto  
Estatístico

**SAMU 192 JP**

Jefferson da Rocha Augusto

Matrícula: 67.155-6

Coordenação do SAME

SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - CEP: 58053-900 - João Pessoa - PB  
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125

Digitalizada com CamScanner





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 014202857743  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 Cód. RENAVAM 0022880318-7 R.N.T.R.C. 00/00000000 EXERCÍCIO 2018

NOME  
CASSIO ALISSON DO N SOUZA

CPF / CNPJ  
05758504424

PLACA  
NPX9078/PB

PLACA ANT / UF NOVO PB CHASSI 9C2JC4110AR683418

ESPECIE TIPO  
PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC

COMBUSTIVEL  
GASOLINA

MARCA / MODELO  
HONDA/CG 125 FAN KS

ANO FAB. 2010 ANO MOD. 2011

CAP / POT / CIL.  
2 P/124 /CI

CATEGORIA  
PARTIC

COR PREDOMINANTE  
PRETA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA 00/00/0000

VENC. / COTAS  
1º 2º 3º

FAIXA I.P.V.A. PARCELAMENTO / COTAS  
\*\*\*\*\* 0

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO  
\*\*\*\*\* SEGURO P A G O 27/12/2018

OBSERVAÇÕES  
SEM RESERVA DE DOMÍNIO

JOAO PESSOA - PB LOCAL

DATA  
27/12/2018

32280



Agamenon Vieira da Silva  
Diretor Suplente de Detran-PB

35734

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS  
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 014202857743 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2018 DATA EMISSÃO 27/12/2018

VIA 1 CPF / CNPJ 05758504424

PLACA  
NPX9078/PB

RENAVAM  
00228803187

MARCA / MODELO  
HONDA/CG 125 FAN KS

ANO FAB.  
2010

CAT. TARIF.  
9

Nº CHASSI  
9C2JC4110AR683418

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)  
\*\*\*\*\*

DENATRAN (R\$)  
\*\*\*\*\*

CUSTO DO SEGURO (R\$)  
\*\*\*\*\*

CUSTO DO BILHETE (R\$)  
\*\*\*\*\*

IOF (R\$)  
SEGURO

TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)  
P A G O

PAGAMENTO  
S COTA ÚNICA

PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO  
27/12/2018

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

35734-1105545-20181227



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE MARCOS ANDRÉ DE MENEZES  
DATA DE NASCIMENTO 21/10/89  
NOME DA MÃE ISMERALDA ANDRÉ DOS SANTOS

### DADOS EXTRAÍDOS DO PRONTUÁRIO

PRONTUÁRIO N.º 115104  
BOLETIM DE ENTRADA N.º 1155256  
DATA DO ATENDIMENTO 10/04/19  
HORA DO ATENDIMENTO 18:43  
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA  
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DE RÓTULA ESQ.  
CID 10 S82.0

### AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, REFERINDO DOR NO QUADRIL DIR. , E JOELHO ESQUERDO. FERIMENTO EM JOELHO ESQ. AVALIADO PELA CIRURGIA GERAL E ORTOPEDIA.

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX JOELHO ESQ. , RX BACIA , TC DE QUADRIL, RX TORAX, COXA ESQ. , PERNA ESQ. , TORNOZELO ESQ.  
USG(FAST)  
EXAMES HEMATOLOGICOS

### RESULTADOS DOS EXAMES:

RX JOELHO ESQ. - FRATURA DE PATELA ESQ., RX QUADRIL - FRATURA DE ACETABULO

### TRATAMENTO:

TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE PATELA ESQ.

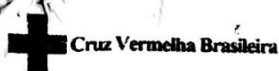
ALTA HOSPITALAR: 18/04/19  
DATA DA EMISSÃO: 19/06/19

*Elivaldo Sales de Toledo*  
Cirurgião Geral  
CRM 1873/PB  
Dr. ELIVALDO SALES DE TOLEDO  
CRM: 1873/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO . OBS. - O profissional que assina esse laudo não participou do atendimento medico.







Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



GOVERNO  
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1155256



<b>Identificação do paciente</b>			
ID 1392648	Nome MARCOS ANDRE DE MENEZES	Sexo Masculino	
Data de nascimento 21/10/1989	Idade 29 anos 5 meses 20 dias	Estado civil	Religião
Mãe ISMERALDA ANDRE DOS SANTOS		Pai JOSE MARCOS DE MENEZES	
Escolaridade		Responsável (Parentesco) KATIA CRISTINA NASCIMENTO - ESPOSO(A)	
DDD Móvel 83	Fone Móvel 988595203	DDD Fixo	Fone Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 3201855	Nº Cns	
Local de procedência DISTRITO INDUSTRIAL		Tipo BAIRRO	UF PB
Email	Naturalidade JOAO PESSOA	CBO/R	
<b>Endereço</b>			
CEP 58083604	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro MÓNACO
Número 1000	Complemento	Bairro INDÚSTRIAS	
<b>Admissão</b>			
Data e Hora 10/04/2019 18:43:12	Número da pulseira 10007128850	Convênio SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica		
Classificação de risco		Origem do paciente RUA	
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente MOTO X MOTO	
<b>Indicadores e Transporte</b>			
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Veio de transporte AMU	Quem transportou		
<b>Sinais Vitais</b>			
PA _____ X _____ mmHg	Pulso	Temperatura	
<b>Exames complementares</b>			
Raio X [ ]	Sangue [ ]	Urina [ ]	TC [ ]
			Liquor [ ]
			ECG [ ]
			Ultrasonografia [ ]
Dados clínicos <i>paciente consciente e orientado, traço de pulso e sítio vital de acidente de moto. 5-12-2019 do grupo.</i>			
Diagnóstico			CID
Atendido por ANNE WALESKA PEREIRA LIMA			Tempo 01min 28seg

Imprimir

172.16.0.6:8080/cvb/pages/boletimEmergencia.do?perform=imprimir&id=1155256

Digitalizada com CamScanner

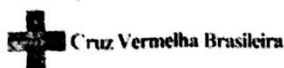


Assinado eletronicamente por: MATHEUS VITOR DE LIMA PAIVA - 20/05/2020 11:26:43

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052011264367800000029579559

Número do documento: 20052011264367800000029579559

Num. 30807837 - Pág. 2

Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto LucenaGOVERNO  
DA PARAÍBA

## SALA DE OBSERVAÇÃO ÁREA VERDE

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 2778696

Paciente <b>MARCOS ANDRE DE MENEZES</b>	BAE 1155256	Data/Hora Entrada 10/04/2019 18:43:12	Data Baixa
Data de nascimento 21/10/1989	Idade 29a 5m 20d	Sexo Masculino	CNS
Mão <b>ISMERALDA ANDRE DOS SANTOS</b>			Telefone de Contato (83) 988595203
Endereço <b>MÓNACO, 1000</b>			Prontuário
Bairro <b>INDÚSTRIAS</b>			UF <b>PB</b>
Município <b>JOAO PESSOA</b>			Nº Cons. Regional <b>8637/PB</b>
Acidente <b>MOTO X MOTO</b>	Motivo <b>ACIDENTE DE MOTOCICLETA</b>	Profissional <b>LUIZ JUVENCIO MEDEIROS DE ARRUDA CAMARA</b>	
Data/Hora Classificação 10/04/2019 18:43:12		Data/Hora Prescrição 10/04/2019 20:32:59	

## Anamnese

#1 TOPEDIA#

PAZIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO EVOLUI COM DOR NO QUADRIL DIREITO E JOELHO  
RADIOGRAFIA EVIDENCIA FRATURA EXPOSTA DE PATELA E FRATURA DA PAREDE POSTERIOR DO  
ACETABULO  
CONDUTA:  
SOLICITO TC DA QUADRIL DIREITO

## EXAME DE IMAGEM

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE BACIA

## CID10

Código	Descrição
M79.6	Dor em membro

## Conduta

Em observação

Dr. Luiz Juvenio  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 8637 / RCD 15822

MARCOS ANDRE DE MENEZES

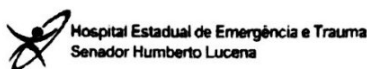
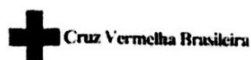
LUIZ JUVENCIO MEDEIROS DE ARRUDA CAMARA  
(CRM: 8637/PB)

Boletim registrado por: ANNE WALESKA PEREIRA LIMA em 10/04/2019 18:44:40

172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?controle=7&amp;imprimirDadosAnteriores=N&amp;perform=imprimir&amp;id=562860&amp;pesquisa=S&amp;perform=imprimir... 1/1

Digitalizada com CamScanner



**AREA VERMELHA**

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel:

CNES: 6121221

Paciente <b>MARCOS ANDRE DE MENEZES</b>	BAE 1155256	Data/Hora Entrada 10/04/2019 18:43:12	Data Baixa
Data de nascimento 21/10/1989	Idade 29a 5m 20d	Sexo Masculino	CNS
Mãe <b>ISMERALDA ANDRE DOS SANTOS</b>			Telefone de Contato (83) 988595203
Endereço <b>MONACO, 1000</b>	Bairro <b>INDÚSTRIAS</b>	Município <b>JOAO PESSOA</b>	UF <b>PB</b>
Acidente <b>MOTO X MOTO</b>	Motivo <b>ACIDENTE DE MOTOCICLETA</b>	Profissional <b>DIOGO ARAUJO SIMOES</b>	Nº Corp. Regional <b>8276/PB</b>
Data/Hora Classificação 10/04/2019 18:43:12	Data/Hora Prescrição 10/04/2019 19:04:05		
<b>Anamnese</b>			
#CIRURGIA GERAL#			
PACIENTE TRAZIDA PELO SAMU, COM HISTÓRIA DE COLISÃO MOTO X MOTO, PACIENTE RELATA QUE ESTAVA DE CAPACETE, NEGA PERDA DE CONSCIENCIA, NEGA NAUSEAE E VOMITOS, NEGA CEFALIA. RELATA DOR EM REGIAO TORÁCICA E DOR EM REGIAO ABDOMINAL. ASSOCIADO RELATA DOR EM MIE. NEGA ALERGIAS, NEGA QUALQUER OUTRO PROBLEMA DE SAÚDE.			
AO EXAME:			
A: EM USO DE COLAR CERVICAL E PRANCHA RÍGIDA, SEM QUEIXA DE CERVICALGIA. VIAS AÉREAS PÉRVIAS.			
B: VENTILAÇÃO ESPONTÂNEA, EUPNEICO, COM BOA SATURAÇÃO. TÓRAX DOLORO A PALPAÇÃO, COM PRESENÇA DE FERIMENTO ABRASIVO, EXPANSIBILIDADE PRESERVADA, SEM CREPITAÇÕES.			
C: NORMOTENSO, NORMOCÁRDICO. ABDOME GLOBOSO, FLÁCIDO, DOLOROSO A PALPAÇÃO, SEM SINAL DE IRRITAÇÃO PERITONEAL PRESENÇA DE FERIMENTO ABRASIVO EM REGIAO DE HE.			
D: GLASGOW 15, PUPILAS ISOCÓRICAS E FOTORREAGENTES. MOBILIDADE DE MEMBROS PRESERVADA.			
E: ESCORIAÇÕES EM MIE, FERIMENTO CORTO CONTUSO EM JOELHO ESQUERDO.			
CONDUTA:			
1) SOLICITO RADIOGRAFIA TORAX/ MOE, USG FAST			
2) PARECER DA ORTOPEDIA.			
3) RETIRAR COLAR CERVICAL.			
4) RETIRAR PRANCHA RÍGIDA.			
5) ANALGESIA.			
<b>MEDICAÇÃO</b>			
SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% - (AMPOLA 10ML), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., AGORA			
Diluir			
DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML			
SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., AGORA			
Diluir			
CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), DILUIR 100,0 MG			
<b>EXAME DE IMAGEM</b>			
RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)			
ULTRASSONOGRAFIA - FAST			
RADIOGRAFIA DE BACIA			
RADIOGRAFIA DE COXA ESQUERDA			
RADIOGRAFIA DE JOELHO ESQUERDO (AP + LATERAL)			
RADIOGRAFIA DE PERNA ESQUERDA			
RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA			
<b>CID10</b>			
Código	Descrição		
T14.9	Traumatismo não especificado		



Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



GOVERNO  
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, S/n - PEDRO GONDIM  
CNES: 445365 - Tel.: 8332165700

Impresso por: LAIANA  
KAREN DANTAS BARRETO  
DE MACEDO  
Em: 11/04/2019 12:43:59

Nome <b>MARCOS ANDRE DE MENEZES</b>	Boletim de Atendimento <b>1155256</b>	Data/Hora Entrada <b>10/04/2019 18:43:12</b>	Data/Hora Saída
Data de nascimento <b>21/10/1989</b>	Idade <b>29</b>	Sexo <b>Masculino</b>	CNS
Tempo de Internação <b>13h 48min</b>	Convênio <b>SUS</b>	Plantão <b>DIURNO</b>	Prontuário <b>115104</b>
Data de Entrada <b>10/04/2019 18:43:12</b>	Data Internação <b>10/04/2019 22:55:18</b>	Permanência na Unidade: <b>18h</b>	Permanência no Leito: <b>13h 44min</b>

### **EVOLUÇÃO MEDICA (LAIANA KAREN DANTAS BARRETO DE MACEDO - 11/04/2019 12:43:39)**

#### **EVOLUÇÃO**

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

FRATURA DE ACETÁBULO DIREITO

FRATURA EXPOSTA DE PATELA ESQUERDA

1o DPO DE LIMPEZA MECÂNICO CIRÚRGICA DE JOELHO ESQUERDO, SEM INTERCORRÊNCIAS.

SEM QUEIXAS

ESTÁVEL NO LEITO, NEUROVASCULAR DE MMII PRESERVADO

EXAMES OK

CD: AGUARDA TEMPO DE ANTIBIÓTICO PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO

Seção: BLOCO - URPA ENF 41 Leito: LEITO URPA - 003

Profissional responsável pela informação: LAIANA KAREN DANTAS BARRETO DE MACEDO

Número Conselho: 12265

*Laiana Barreto*  
Médica  
CRM/PB - 12.265

Digitalizada com CamScanner







Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



GOVERNO  
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, Sn - PEDRO GONDIM  
CNES: 445365 - Tel.: 8332165700

Impresso por: LAIANA  
KAREN DANTAS BARRETO  
DE MACEDO  
Em: 10/04/2019 22:58:57

Nome <b>MARCOS ANDRE DE MENEZES</b>	Boletim de Atendimento <b>1155256</b>	Data/Hora Entrada <b>10/04/2019 18:43:12</b>	Data/Hora Saída
Data de nascimento <b>21/10/1989</b>	Idade <b>29</b>	Sexo <b>Masculino</b>	CNS
Tempo de Internação <b>3min</b>	Convênio <b>SUS</b>	Plantão <b>NOTURNO</b>	Prontuário <b>115104</b>
Data de Entrada <b>10/04/2019 18:43:12</b>	Data Internação <b>10/04/2019 22:55:18</b>	Permanência na Unidade: <b>4h 15min</b>	Permanência no Leito: <b>3min</b>

**EVOLUÇÃO MEDICA (LAIANA KAREN DANTAS BARRETO DE MACEDO - 10/04/2019 22:58:42)**

**EVOLUÇÃO**

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

FRATURA DE ACETÁBULO DIREITO  
FRATURA EXPOSTA DE PATELA ESQUERDA

POI DE LIMPEZA MECÂNICO CIRÚRGICA DE JOELHO ESQUERDO, SEM INTERCORRÊNCIAS.

CD: VPM + TALA JOELHEIRA EM MIE

STAFF: DR LUIZ JUVENCIO

Seção: AREA LARANJA - UDC B Leito: LEITO EXTRA 11  
Profissional responsável pela informação: LAIANA KAREN DANTAS BARRETO DE MACEDO

Número Conselho: 12265

Laiana Barreto  
Médica  
CRM/PB - 12265

Digitalizada com CamScanner



## SINISTRO 3190650991 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** MARCOS ANDRE DE MENEZES

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev  
Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

**BENEFICIÁRIO** MARCOS ANDRE DE MENEZES

**CPF/CNPJ:** 09098800424

### Posição em 20-05-2020 10:57:01

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX



Valor da Indenização: R\$00.000,00


Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
10/12/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 033.1.20.00817/01
			<b>Data de emissão:</b> 20/05/2020
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Santa Rita	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/05/2020
<b>Número da guia:</b> 033.2020.600817 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 <b>Promovente:</b> MARCOS ANDRE DE MENEZES - Taxa Judiciária: R\$ 177,19 - Taxa bancária: R\$ 1,35 <b>Promovido:</b>			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.214,14
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866900000120 141409283183 520200531033 312000817014 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.214,14

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 033.1.20.00817/01
			<b>Data de emissão:</b> 20/05/2020
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Santa Rita	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/05/2020
<b>Número da guia:</b> 033.2020.600817 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Promovente:</b> MARCOS ANDRE DE MENEZES <b>Promovido:</b>			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b>			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.214,14
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 1.214,14

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 033.1.20.00817/01
			<b>Data de emissão:</b> 20/05/2020
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Santa Rita	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/05/2020
<b>Número da guia:</b> 033.2020.600817 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 <b>Promovente:</b> MARCOS ANDRE DE MENEZES - Taxa Judiciária: R\$ 177,19 - Taxa bancária: R\$ 1,35 <b>Promovido:</b>			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.214,14
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866900000120 141409283183 520200531033 312000817014 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.214,14





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 033.2020.600817

**Data Vencimento:** 31/05/2020

**Data Emissão:** 20/05/2020

**Comarca:** Santa Rita

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** MARCOS ANDRE DE MENEZES

**Promovido:**

**Valor da Causa:** R\$ 11.812,50

**Despesas Processuais:** R\$ 0,00

**Custas:** R\$ 1.035,60

**Taxa:** R\$ 177,19

**Total da Guia:** R\$ 1.212,79

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Mista de Santa Rita

PÇ ANTENOR NAVARRO, CENTRO, SANTA RITA - PB - CEP: 58300-010

---

**Número do Processo:** 0801338-61.2020.8.15.0331  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**Assunto:** [Acidente de Trânsito]  
**Polo ativo:** AUTOR: MARCOS ANDRE DE MENEZES  
**Polo passivo:** REU: BRADESCO SEGUROS S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço CONCLUSÃO dos autos à MM. Juíza.

SANTA RITA, 20 de maio de 2020  
JOSE FELIX DE MORAIS NETO BRANDAO DA SILVA





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Mista de Santa Rita**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801338-61.2020.8.15.0331

**DESPACHO**

Vistos, etc.

- 1 - RECEBO A INICIAL e DEFIRO A GRATUIDADE da prestação jurisdicional, advertindo o autor das cominações legais.
- 2 - Considerando o panorama atual do país e do Estado da Paraíba no que diz respeito à evolução da pandemia causada pelo COVID-19, bem como o fato de que as perícias iniciais determinadas nestas ações não estão se realizando em razão da necessidade de isolamento social.
- 3 - Considerando o fato de que a parte autora já declinou em sua petição inicial não ter interesse na realização de audiência preliminar conciliação, DETERMINO A CITAÇÃO do demandado, o qual deverá:
  - 3.1 - MANIFESTAR formalmente interesse na audiência preliminar, no prazo de quinze (15) dias, caso em que os autos serão remetidos ao CEJUSC, caso em que somente após será contado prazo de defesa; ou,
  - 3.2 - APRESENTAR CONTESTAÇÃO aos termos da inicial, no prazo de quinze (15) dias.
- 4 - Apresentada CONTESTAÇÃO, proceda-se nos termos da Portaria de Atos Ordinatórios.





(APÓS RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NO PODER JUDICIÁRIO, ORA SUSPENSAS EM RAZÃO DO ATO CONJUNTO 006/2020)

5 - Manifestado interesse na realização de audiência preliminar, inclua-se o processo em pauta para audiência prévia de conciliação que deverá ser realizada pelo CEJUSC local.

5.1 - Para aperfeiçoamento do ato, a citação deve ser expedida na mesma oportunidade em que se der a inserção em pauta de Cejusc, de modo a garantir o prazo mínimo de que trata o art. 334, caput, do CPC, não podendo ser designada com intervalo menor que 40 dias.

5.2 - O autor será intimado através de seu Advogado (art. 334, § 3º, CPC)

6 - Cumpridos os atos, remetam-se os autos ao CEJUSC para realização da audiência designada.

SANTA RITA, 27 de maio de 2020.

Juiz(a) de Direito

